

Pandora, Eva e Sofia: a naturalização da desigualdade de gênero na história do pensamento ocidental

Carlos Renato Carola

INTRODUÇÃO

Ao fazermos uma incursão retrospectiva pela história da sociedade humana, e neste caso, pela história da cultura ocidental, que tipo de visões e representações encontramos sobre o sentido do ser homem e do ser mulher? Que papéis foram atribuídos aos dois sexos em épocas e lugares distintos? Como e de que forma se fundamentou e justificou uma hierarquia entre o masculino e o feminino? De que forma se explicou e se justificou a divisão sexual do trabalho?

Este breve ensaio historiográfico não tem a pretensão de seguir uma escala temporal retilínea e minuciosa; muito menos analisar todas as múltiplas representações sobre o homem e a mulher que foram construídas em épocas passadas. O propósito é bem mais simples, ou seja, apresentar e problematizar algumas das representações de gênero atribuídas historicamente ao homem e a mulher, ao feminino e ao masculino. Assim, poderemos perceber que a desigualdade de gênero é tão antiga quanto a própria história da cultura humana. Além disso, veremos que a ideologia que se fundamenta na natureza, na religião, na filosofia ou na ciência, identificando e qualificando as diferenças para “naturalizar” uma hierarquia de poder do tipo superior-inferior, forte-frágil, racional-emocional, etc, se dispersa facilmente pelo olhar analítico da História.

Para analisar as representações e relações que se constituíram historicamente entre homens e mulheres, é útil que se explicito o conceito contemporâneo de gênero. Trata-se de um conceito que emergiu no interior do movimento feminista internacional e que possibilitou revelar representações preconceituosas e desigualdades sexuais naturalizadas por discursos religiosos, filosóficos e científicos.

No século XX, na década de 1940, uma das pioneiras a formular tal conceito foi Simone de Beauvoir. Ao refletir sobre o “Segundo Sexo”, Beauvoir (1980) afirma de forma instigante que a mulher não nasce mulher, ela torna-se mulher. Esta afirmação incisiva, que também vale para o homem, provocou um primeiro impacto na história do pensamento social e científico. A partir dessa premissa, ficou cada vez mais evidente de que os papéis atribuídos aos homens e às mulheres são historicamente construídos e estão em constante mutação.

O MASCULINO E O FEMININO NA TRADIÇÃO GREGA E JUDAICO-CRISTÃ

De um modo geral, os valores dominantes na história da sociedade humana foram – e continuam sendo – os valores da cultura masculina. Ao homem foram atribuídos os adjetivos considerados mais positivos e superiores, como por exemplo: a força física, a razão, a justiça, a bondade, a coragem, etc. A mulher, ao contrário, aparece como o pólo negativo da relação, sendo geralmente representada como símbolo do mal e/ou da fraqueza.

A representação do feminino como símbolo do mal está bem caracterizada nas duas principais tradições do mundo ocidental. Na Grécia Antiga, por exemplo, o poeta Hesíodo revela o mito de Pandora, o mal personificado em forma de uma bela mulher. A criação do mito explica a origem da humanidade ao estilo de uma tragédia grega. Aparentemente Zeus presenteia a humanidade com uma virgem esteticamente deslumbrante, uma sedutora irresistível. Sua verdadeira intenção, no entanto, era punir os mortais porque eles haviam sido beneficiados por Prometeu, que ousou enganar o deus dos deuses por duas vezes para beneficiar os homens, provocando sua ira.

Na mitologia, Prometeu é o criador e protetor dos homens, enquanto Pandora representa o castigo imposto por Zeus, o mal na forma feminina. E por que ela representa a punição e o castigo? Hesíodo faz uma analogia com os zangões de uma colméia de abelhas. Enquanto as abelhas trabalham o dia todo até o pôr-do-sol, os zangões simplesmente ficam dentro da colméia se alimentando às custas do trabalho delas.

Zeus, portanto, criou a mulher como uma maldição para os homens, estabelecendo o equilíbrio entre o bem e o mal, conforme a crença do mundo antigo. Na prática a punição se dá em função da obrigação pelo trabalho, uma vez que os homens foram condenados a trabalhar para sustentar as mulheres, que além de não trabalharem, consomem parte da renda do trabalho deles. Talvez por isso tenha se cristalizado historicamente a idéia de que o trabalho é algo intrinsecamente destinado aos homens.

Ainda de acordo com a narrativa do poeta grego, em função da necessidade de geração e continuidade da sua prole, o homem se vê obrigado ao casamento, como manda a lei. Se tiver sorte em conseguir uma boa esposa, terá uma vida equilibrada entre o bem e o mal; mas se casar com uma mulher maldosa, terá uma vida de sacrifício e dor até a morte.

Hesíodo revela também a idéia de um paraíso original, caracterizado no mito das Cinco Idades. No tempo da era do ouro, antes da criação da mulher, a raça humana vivia na riqueza, felicidade e paz; não havia pobreza, nem doença, nem velhice e nem dor; o trabalho era desnecessário porque a terra produzia tudo que os homens precisavam para viver como reis imortais. A miséria, as doenças, a velhice, a ignorância e a necessidade do trabalho aparecem na Idade de Ferro, a última era. Foi nesta época que Zeus enviou Pandora aos homens com o intuito de se vingar de Prometeu. Infe-

lizmente, para a humanidade, a curiosidade “natural” da mulher motiva-a a abrir a tampa do jarro dos deuses, o jarro em que estava concentrado todo o mal do mundo. Ao abrir o jarro, a miséria, o sofrimento, as enfermidades, a violência se disseminam por toda parte, restando apenas a esperança. Assim, Pandora é, simbolicamente, responsável pela desgraça da humanidade, ou seja, a mulher é responsabilizada por ter disseminado o mal no mundo dos mortais porque não soube controlar sua curiosidade (Cf. BRANDÃO, 1986).

Na tradição judaico-cristã, o texto do livro do Gênesis também traz uma representação sobre a relação entre o masculino e o feminino. Primeiramente é interessante observar que há duas versões distintas sobre a criação dos seres humanos. Na primeira versão, *História da Criação*, aparece o relato de que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e criou-os, macho e fêmea. Nesta primeira narrativa Deus cria o homem e a mulher ao mesmo tempo e não estabelece nenhuma hierarquia entre os sexos, embora lhes autorize a sujeitar e dominar a terra e os animais.

A primeira hierarquia de gênero aparece na narrativa de *O Homem no Paraíso*; é nesta segunda versão que aparecem os personagens Adão e Eva, esta sendo criada por meio da costela de Adão. Aqui os papéis já estão bem definidos: “não é bom que homem esteja só; façamos-lhe uma ajudante semelhante a ele”.

Semelhando ao mito grego, *O Homem no Paraíso* é representado como o reino onde se vivia em harmonia, em comunhão, em paz e felicidade. No paraíso não existe a idéia de trabalho porque a terra também era generosa, bastava o homem cuidar das hortas e colher os frutos deliciosos das árvores. Mas, para a desgraça da humanidade, Eva pôs tudo a perder. Deus havia proibido ao homem e a mulher de comerem o fruto da árvore da ciência do bem e do mal. Eva, porém, não resistiu a tentação da serpente, não soube controlar seus desejos e sua curiosidade, cometendo o pecado original. Deus fica irado, decide expulsá-los do paraíso e ainda os pune com severos castigos.

Adão é recriminado por ter dado ouvido à sua mulher, sendo por isso condenado ao trabalho forçado, ou seja, a obter o seu próprio sustento e o de sua família com o suor do seu trabalho. Eva, no entanto, além de ser amaldiçoada com as dores do parto, é condenada a ficar sobre o poder e domínio do seu marido: *tu parirás teus filhos em dor, e estarás debaixo do poder de teu marido, e ele te dominará*. Assim, toda a humanidade é condenada ao sofrimento em função do pecado cometido pela primeira mulher (Cf. BÍBLIA CRISTÃ).

Percebe-se, portanto, que tanto no mito grego de Hesíodo, como na narrativa do gênese da bíblia cristã, a mulher é associada ao mal, com a diferença de que Pandora foi intencionalmente criada para trazer o mal e Eva foi criada para ser “ajudante” de Adão. Ambas foram pensadas e criadas em função do homem, a primeira para ser uma carga tal como um zangão e a segunda para ser o complemento do homem, fazendo-o feliz.

Nas duas narrativas, a divisão sexual do trabalho se torna mais nítida após a punição e o castigo. Tanto na mitologia grega como no relato cristão, o homem é condenado ao trabalho fora do espaço doméstico. Pandora, assim como Eva, nascem para cumprir os seus respectivos destinos no espaço doméstico.

A NATUREZA FEMININA NA FILOSOFIA CLÁSSICA

No âmbito da filosofia, a naturalização da desigualdade de gênero também foi muito bem explicada e justificada. Cabe salientar, no entanto, que tanto no mundo da filosofia como nas demais instâncias onde se produzem e reproduzem o pensamento e as ideologias, há divergências, disputas e uma luta incessante no campo das representações. Embora se imponha o domínio de uma ideologia, outras permanecem remando contra a força cultural hegemônica. Por isso, pode-se dizer que no contexto de uma constelação de aspectos culturais, religiosos e políticos de cada sociedade, o pensamento minoritário fica aparentemente invisível ou marginalizado, mas não extinto. Isso significa que enquanto a sociedade de um modo geral opta pela ideologia que proporciona maior estabilidade das tradições e costumes, algumas vezes irreverentes ousam manifestar idéias radicais.

O caso de Platão, por exemplo, é bem ilustrativo. Em *A República*, o filósofo grego idealiza os papéis de gênero numa perspectiva muito mais igualitária do que a que predominava no senso comum e no pensamento filosófico de sua época. Na sua visão de cidade ideal, Platão rompe com o tradicional modelo de família e explicita uma idéia de comunidade de guerreiros, a classe responsável pela proteção da cidade, sem a constituição de pais individuais e nem marido; as mulheres seriam de todos, os filhos seriam comuns e os pais não conheceriam seus filhos; haveria uma comunidade de mulheres.

Platão acredita numa diferença “natural” entre homens e mulheres; acredita que as mulheres são naturalmente mais fracas fisicamente que os homens. Entretanto, os dois sexos diferem por natureza em alguns aspectos, mas não em tudo. Na República, as mulheres deveriam ser educadas para exercerem as mesmas funções dos homens, inclusive nos ensinamentos da música, da ginástica e na arte da guerra. Platão reitera que, de um modo geral, os homens superam as mulheres em quase todas as atividades humanas, mas também reconhece que elas são superiores em outras funções. Além disso, afirma que na administração da cidade ideal não existe nenhuma função exclusiva do homem ou da mulher, mas de ambos. É assim que Sócrates responde a Glauco, quando este lhes fala das aptidões naturais:

Conseqüentemente, meu amigo, não há nenhuma atividade que concerne à administração da cidade que seja própria da mulher enquanto mulher ou do homem enquanto homem; ao contrário, as aptidões naturais estão igualmente distribuídas pelos dois sexos e é próprio

da natureza que a mulher, assim como o homem, participe em todas as atividades, ainda que em todas seja mais fraca do que o homem (PLATÃO, 2004, LIVRO V, p. 157).

Ao contrário de Platão, Aristóteles, seu ex-discípulo, produziu uma interpretação que fortalece a naturalização da desigualdade de gênero. Primeiramente, Aristóteles reconhece um estado “natural” de dependência entre o homem e a mulher, pois a espécie humana tanto quanto as demais espécies têm um impulso instintivo para continuar a existência e propagar-se. Entretanto, ele também acredita numa divisão “natural” pré-definida de papéis sociais. Aquele que nasce com a habilidade para prever as coisas, ou seja, aquele que nasce com o “dom” da inteligência, é senhor e mestre por natureza; os que nascem apenas com a força do corpo para executar as atividades, são escravos por natureza.

Neste sentido, a mulher poderia ser considerada “naturalmente” uma escrava. Aristóteles, no entanto, esclarece que a natureza também fez distinção entre a mulher e o escravo, pois “mesmo não sendo sovina como o ferreiro que modela a faca delfica para vários usos, a natureza determina a utilidade de cada coisa, e cada instrumento é mais bem-feito quando determinado para atender a uma e não a muitas finalidades” (ARISTÓTELES, 2004, *Política*, p. 144).

No processo de formação do Estado ou de qualquer sociedade, Aristóteles ressalta que a família é a primeira organização a se considerar; ela “é a associação por natureza para suprir as necessidades diárias dos homens”. Daí que Aristóteles evoca Hesíodo para salientar os três elementos que constituem a harmonia conjugal e, conseqüentemente, do Estado: o lar, a esposa e um boi.

Na prática, o Estado aristotélico é a associação de um conjunto de famílias. Como a família é a *célula mater* do Estado, então é preciso refletir sobre a melhor forma de administrá-la. Segundo Aristóteles, a família se desenvolve de forma relacional, sendo visivelmente composta por senhor e escravo, marido e mulher, pai e filhos. Sobre a relação homem-mulher, ele oferece uma série de adjetivos que explicam e justificam a superioridade do primeiro e a inferioridade do segundo. Assim, por exemplo, o homem é naturalmente mais apto ao poder, mais apto para comandar, governar e dominar; o homem é naturalmente mais inteligente e mais racional; a mulher é inferior, é mais frágil, chora com mais freqüência, é mais apta à inveja, à lamentações, à injúria, tem menos pudor e não é confiável.

Toda criatura viva é constituída de alma e corpo. Aristóteles argumenta que o primeiro é por natureza o governante e o segundo, o governado. Se a alma, assim com a mente e o racional, é o elemento superior, é melhor que haja o domínio sobre o corpo, pois o contrário é sempre doloroso. Por isso, os animais domesticados pelos homens são melhores que os selvagens. Logo, a mulher que é naturalmente inferior, escrava de paixões e desejos, também é melhor quando domesticada pelo homem.

Como instrumento de trabalho e como criado, o escravo tem algum tipo de virtude? Ele possui respeito próprio, coragem e justiça, ou só tem utilidade? Aristóteles faz as mesmas indagações em relação à mulher e aos filhos. Em princípio, ele reconhece um certo grau de dificuldade em responder a essas indagações, pois caso a resposta seja afirmativa, como explicar a superioridade do homem livre? Sua explicação é bem racional: existem as virtudes do senhor e as virtudes do escravo; as virtudes do marido e as da esposa; a dos pais e a dos filhos. Em síntese, tanto o dominador como o dominado deve possuir ética e virtudes. Portanto, existe o bom e o mau senhor, o bom e o mau escravo, o bom e o mau filho, a boa e a má esposa. Semelhante à teoria da predestinação desenvolvida por João Calvino dezenas de séculos depois, Aristóteles explicita uma visão de mundo onde a espécie humana já nasce com os papéis sociais pré-definidos, sendo que uns nasciam para serem livres e outros para serem escravos.

Outro pensador que exerceu grande influência na cultura ocidental foi Rousseau. Este controverso filósofo iluminista se propôs a apresentar aos homens um tratado sobre educação, a educação ideal do homem em suas fases de crescimento. Em comparação com o segundo relato da *História da Criação* da bíblia cristã, Rousseau também cria primeiramente o ser masculino – Emílio – e num segundo plano cria Sofia, o seu complemento, aquela que deve ser educada para complementar a felicidade de Emílio.

Para Rousseau, a educação é um instrumento essencial para formação do homem ideal. Não se trata, no entanto, da educação desenvolvida nas instituições. Rousseau analisa a aprendizagem dos seres humanos que ocorre em função da relação com a natureza, com a sociedade e com os objetos. Daí que, durante a formação, cada indivíduo é ensinado por três espécies de mestre: a natureza, o homem e as coisas. Nesses três processos educativos, a educação da natureza é a única que não depende de nós, a das coisas dependemos em alguns aspectos e “a dos homens é a única de que somos realmente senhores e ainda assim só o somos por suposição, pois quem pode esperar dirigir inteiramente as palavras e as ações de todos os que cercam uma criança?” (ROSSEAU, 1973, P.11).

Rousseau descreve as peculiaridades da raça humana, lembrando que todo homem passa necessariamente pela infância. Assim, “nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é-nos dado pela educação” (ROSSEAU, 1973, P. 10). Mas a educação é uma arte, diz Rousseau, por isso é quase impossível alcançar o “êxito total”. Mesmo assim, é preciso, ao menos, aproximar-se da meta primordial, ou seja, a meta da natureza, pois “dado que a ação das três educações é necessária à sua perfeição, é para aquela sobre a qual nada podemos que cumpre orientar as duas outras” (ROSSEAU, 1973, P.11).

A meta primordial de Rousseau é a educação e formação de Emílio, o homem. E quem deve educá-lo? A mulher-mãe, com certeza, mas esta também precisa ser educada para cumprir este papel. Na sua visão, a primeira infância é a fase mais importante da educação e a mãe é a pessoa naturalmente destinada para essa fase:

A educação primeira é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o Autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentarem as crianças. Falai portanto às mulheres, de preferência, em vossos tratados de educação; pois além de terem a possibilidade de cuidar mais de perto que os homens, e de nisso influir cada vez mais, o êxito as interessa também muito mais, porquanto em sua maioria as viúvas se acham quase à mercê de seus filhos e que então precisam sentir, por bem ou por mal, o resultado da maneira pela qual os educaram. As leis, sempre tão preocupadas com os bens e tão pouco com as pessoas, por terem como objetivo a paz e não a virtude, não outorgam suficiente autoridade às mães” (ROSSEAU, 1973, p. 9-10, nota de rodapé).

Exposto o papel da mãe, vejamos agora o papel de Sofia, a mulher que convém ao homem. Ela aparece apenas quando Emílio chega na juventude, na idade propícia ao casamento. Nos dizeres de Rousseau, “não é bom que o homem esteja só, e Emílio é homem; prometemos-lhe uma companheira, é preciso dar-lhe”. Mas quem é Sofia, questiona o filósofo? Ela é a mulher que deve ser educada para a felicidade do homem segundo os preceitos da natureza. Isso significa que “ela deva ser educada na ignorância de todas as coisas e limitada unicamente aos trabalhos de casa?” Deve ela ser apenas uma serva do homem? Não, sem dúvida, diz Rousseau: “não foi isso que ditou a natureza, que dá às mulheres um espírito tão agradável e fino; pelo contrário, ela quer que as mulheres pensem, que julguem, que amem, que conheçam, que cultivem o espírito tanto quanto sua aparência (...)” (ROSSEAU, 1999, p.501). Em síntese, ele salienta que elas devem aprender várias coisas, contanto que sejam as que lhes convém saber, ou seja:

(...) Toda educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância. Enquanto não voltamos a esse princípio, estaremos afastando-nos do alvo e todos os preceitos que lhes dermos de nada servirão nem para a felicidade delas nem para a nossa. (ROSSEAU, 1999, p. 502).

Não há dúvidas de que Rousseau, assim como a maioria dos filósofos de sua época, acreditava cegamente na inclinação natural da mulher para o lar e para a educação das crianças; para o casamento e à maternidade. Entretanto, ele também revela

virtudes e poderes da mulher que foram ignorados tanto pela sociedade de seu tempo como pelos estudos feministas do século XX, estudos que se preocuparam apenas em desqualificar suas idéias e concepções.

O filósofo iluminista também reconhece o estado natural de dependência entre homens e mulheres; ele explicita diferenças e semelhanças, defeitos e virtudes, força e fraqueza de ambos. Há interpretações, inclusive, onde destaca a igualdade na constituição biológica, pois “em tudo o que não depende do sexo, a mulher é homem: tem os mesmos órgãos, as mesmas necessidades, as mesmas faculdades; a máquina é construída da mesma maneira, as peças são as mesmas, o funcionamento de uma é o mesmo da outra, a figura é semelhante, e, sob qualquer ângulo que os consideremos, só diferem entre si do mais para o menos” (ROSSEAU, 1999, p. 491). Rousseau faz uma análise comparativa da anatomia salientando a sabedoria da natureza por ter criado dois seres humanos tão semelhantes e tão distintos:

Em tudo o que depende do sexo, a mulher e o homem têm semelhanças e diferenças; a dificuldade em compará-los provém da dificuldade de determinar na constituição de um e de outro o que é do sexo e o que não é. Pela anatomia comparada, e até pela simples observação, vemos entre eles diferenças gerais que parecem não estar ligadas ao sexo; no entanto estão ligadas a ele, mas através de laços que não temos condições de perceber. Não sabemos até onde esses laços podem estender-se. A única coisa que sabemos com certeza é que tudo o que eles têm em comum pertence à espécie e tudo o que eles têm de diferente pertence ao sexo. Desse duplo ponto de vista, achamos entre eles tantas semelhanças e tantas oposições, que talvez seja uma das maravilhas da natureza ter feito dois seres tão parecidos constituindo-os de modo tão diferente (ROSSEAU, 1999, p. 492).

Sobre o poder ou poderes da mulher, Rousseau também identifica a fonte da força do gênero feminino; diz que sabiamente “a natureza armou o fraco para sujeitar o forte”, pois a força da mulher está em sua habilidade de sedução, em sua astúcia e em sua capacidade de saber usar sua suposta idéia de fragilidade em seu favor.

Eis, portanto, uma terceira conseqüência da constituição dos sexos, que é a de que o mais forte seja aparentemente o senhor, mas dependa de fato do mais fraco; e isso não por um frívolo costume de galanteria, nem por uma orgulhosa generosidade de protetor, mas por uma invariável lei da natureza, que, dando à mulher maior facilidade de exercitar os desejos do que ao homem de satisfazê-los, faz com que este, mesmo contra a sua vontade, dependa do bel-prazer do outro sexo e obriga-o a também procurar agradá-la para que ela consinta em deixá-lo ser o mais forte. Então, o que há de mais doce para o homem sem sua vitória é conjecturar se é a fraqueza de ceder à força, ou se é a vontade que se rende, e a astúcia comum da mulher é sempre deixar essa dúvida entre ela e ele. O espírito da mulher neste ponto corresponde perfeitamente à sua constituição; longe de corar de sua fraqueza,

as mulheres orgulham-se dela; seus tenros músculos não oferecem resistência, elas dizem não poder carregar os mais leves fardos, e teriam vergonha de ser fortes. Por que? Não apenas para parecerem delicadas, mas por uma precaução mais hábil; preparam de longe as desculpas e o direito de serem fracas quando preciso (ROSSEAU, 1999, p. 494-495).

Enfim, ao explicitar semelhanças e diferenças entre a natureza masculina e a feminina, Rousseau apresenta uma concepção equilibrada de poderes. Além de evidenciar o estado natural de dependência entre ambos os sexos, identifica os segredos dos múltiplos poderes das mulheres. Assim, nos induz a pensar que por traz da aparente fragilidade, configura-se uma mulher inteligente, criativa, esperta, astuta, sedutora, hábil, muito diferente da tradicional moral cristã que destaca somente as qualidades da boa mãe e da boa esposa.

CONTRARIANDO A ORDEM DA “NATUREZA”: MULHERES EM AMBIENTES DE TRABALHOS PESADOS, INSALUBRE E FATIGANTES

No mundo das representações de gênero, há uma considerável distância entre o pensamento que idealiza os papéis naturais de cada sexo e a realidade dos papéis praticados no cotidiano de vida e trabalho. O distanciamento é muito maior quando se trata da história das camadas populares. Na Europa do século XVIII e XIX, por exemplo, enquanto religiosos, filósofos e cientistas empenhavam-se em demarcar os espaços naturais de homens e mulheres, o impiedoso capitalismo industrial preferia explorar o trabalho de mulheres e crianças, contrariando todos os preceitos que afirmavam ser o espaço doméstico o lugar natural de ambos.

Paradoxalmente, o capitalista da primeira fase da Revolução Industrial se apropriou do tradicional discurso que acentuava a inferioridade e fragilidade natural de mulheres e crianças para justificar um salário inferior ao dos homens. Oficialmente alegavam que o trabalho exercido pela mão-de-obra feminina era mais simples e mais leve. Na prática, no entanto, as mortes, os acidentes e as inspeções revelavam outra realidade.

Foi em função dessas péssimas condições de trabalho e, principalmente, por se acreditar na fragilidade natural do corpo feminino, cuja natureza lhe havia destinado o espaço familiar, que se intensificou o movimento social que tinha como meta primordial o reordenamento do espaço feminino e do masculino. Assim, a presença de mulheres e crianças nas minas e nas fábricas representava uma contradição não somente com a natureza feminina, mas também com a moral cristã que tinha a santa virgem Maria como modelo de mãe e esposa. Para restituir a suposta ordem natural dos papéis de gênero, três forças ideológicas poderosas da época, ou seja, a moral cristã, a filosofia e a ciência, agiram para produzir e propagar a ideologia que naturalizava a desigualdade de gênero. Foi essa produção ideológica que instrumentalizou

e legitimou ações e reivindicações da prática filantrópica e do movimento operário em defesa da proteção das mulheres.

Na prática, isso significava que mulheres e crianças deveriam ser confinadas no espaço doméstico, cabendo aos homens o espaço público. É assim que na Europa do século XIX começa a se intensificar um conjunto de discurso de caráter moral, social e científico que denunciam a exploração do trabalho de mulheres e crianças. A preocupação dominante, no entanto, era com a formação de um novo modelo de sociedade, com a formação de um Estado Moderno que requeria a valorização da família e a redefinição do papel do marido, da esposa e dos filhos.

Na Inglaterra e França, por exemplo, Engels, Marx, Zola e Michelet, foram ativistas importantes desse movimento. Na Inglaterra, Engels denuncia a exploração do trabalho de mulheres e crianças nas fábricas e nas minas. Além de problematizar as péssimas condições e a sobrecarga de trabalho que eram submetidos, ele revela suas preocupações com as relações de promiscuidade que o ambiente das minas propiciava. Em sua opinião, o calor e o dispêndio físico no ambiente de trabalho das minas faziam com que homens, mulheres e crianças trabalhassem *seminus*, estimulando relações sexuais e nascimento de filhos “ilegítimos”:

Quanto às relações sexuais, note-se que nas minas, devido ao calor ambiente, homens, mulheres e crianças trabalhavam às vezes completamente nus e na maior parte dos casos quase nus, e todos podem imaginar quais são as conseqüências disso na solidão e na obscuridade da mina. O número de filhos ilegítimos, anormalmente elevados nestas regiões, testemunha o que se passa no fundo da mina entre essa população meio selvagem, mas também prova que as relações ilegítimas entre os sexos não soçobraram, como nas cidades, na prostituição (ENGELS, 1985, p. 282).

Marx, da mesma forma que Engels, também expressa sua indignação contra o trabalho de mulheres e crianças nas minas e fábricas. Ele denuncia a deterioração moral da classe operária e o modo como a burguesia se apropriou da força de trabalho feminina e infantil. Mais do que uma simples denúncia, ele explica que no século XIX o capitalismo destruiu “todas as fronteiras estabelecidas pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite” (MARX, 1988, p. 315-316). A maquinaria da indústria moderna resultou, na visão de Marx, numa transgressão de ordem moral e natural, pois na medida em que a máquina passou a executar o trabalho mais pesado, o capitalista teve a oportunidade de “empregar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas como membros mais flexíveis”. Por isso, ele conclui que:

A primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e tra-

balhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes (MARX, 1988, p. 449-450).

Segundo Marx, o processo de mecanização da indústria moderna possibilitou ao capital a apropriação das forças de trabalho suplementares, ou seja, a exploração do trabalho das mulheres e das crianças. Nesse contexto histórico, a voracidade do capitalista comprometia a integridade moral e a própria reprodução da família operária. Por isso, entre os vários aspectos problematizados, Marx também estabelece uma relação entre o trabalho das mulheres fora do espaço doméstico e os altos índices de mortalidade infantil da época:

Conforme demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, pondo-se de lado circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade decorrem principalmente de trabalharem as mães fora de casa. Daí resulta serem as crianças abandonadas e mal cuidadas. Esse desleixo se revela na alimentação inadequada ou insuficiente e no emprego de narcóticos; além disso, as mães, desnaturadamente, se tornam estranhas a seus próprios filhos, e intencionalmente os deixam morrer de fome ou os envenenam (MARX, 1988, p. 453-454).

Engels também manifesta sua preocupação com a destruição da família operária e os índices de mortalidade infantil. Ao comentar a presença da mão-de-obra feminina nas minas, ressalta que “o trabalho das mulheres [nas minas] tem as mesmas conseqüências que nas fábricas; dissolve a família e torna as mães completamente incapazes de se dedicar às suas ocupações domésticas” (ENGELS, 1985, p. 282). Se para os capitalistas a necessidade de mais-valia ficava acima de credos e princípios, para a classe operária inglesa era a necessidade de sobrevivência que flexionava suas crenças, pois o trabalho das mulheres fora do espaço doméstico também era visto como algo que contrariava a lógica da natureza. E neste aspecto, de todos os tipos de trabalho industrial, o que mais contrariava a “ordem da natureza” era o trabalho feminino nas minas. Por isso, a proibição do trabalho de mulheres nas minas foi reivindicada por determinados segmentos da sociedade inglesa, inclusive pelo movimento operário, como ilustra Marx ao confrontar a visão do capitalista com a do operário mineiro, num inquérito contido no relatório do comitê de membros da Câmara dos Comuns da Inglaterra, de 23 de julho de 1866:

Que pensam os operários a respeito do emprego de mulheres nas minas? – Condenam isso geralmente (n.648). Por quê? – Consideram degradante para o sexo (n.649) (...) Elas vestem uma roupa de estilo masculino. Em muitos casos desaparece o pudor. Há umas que fumam.

O trabalho é tão sujo quanto o que se realiza dentro das minas. Muitas delas são casadas e não podem cumprir suas obrigações domésticas (n. 651 e seguintes, 701 e 709). Podem as viúvas obter noutra parte ocupação tão rendosa (de 8 a 10 xelins por semana)? – Nada posso dizer sobre o assunto (n.710). E apesar disso (ó coração de pedra!), estais decidido a tirar delas esse ganha-pão? – Sem dúvida (n.1715). Por quê? – Nós, operários das minas, respeitamos muito o belo sexo para vê-lo condenado ao trabalho das minas (...) Esse trabalho é em grande parte muito pesado. Muitas das jovens carregam até 10 toneladas por dia (n. 1732). Acreditais que as empregadas nas minas são mais imorais de que as mulheres que trabalham nas fábricas? – A percentagem das ruins é maior nas minas do que nas fábricas (n.1733). Mas também não estais satisfeito com a situação da moralidade nas fábricas? – Não (1734). Quereis também proibir o trabalho das mulheres nas fábricas? – Não (n.1735). Por que não? – Porque é mais digno e mais adequado ao sexo feminino (n.1736). Apesar disso, é prejudicial à moralidade, segundo vossa opinião? – Não, de modo algum não tanto quanto o trabalho nas minas. Além disso, não falo apenas do ponto de vista moral, mas também do físico e do social. A degradação social das jovens é deplorável e extrema. Quando se tornam esposas dos operários das minas, são os homens as vítimas dessa degradação, que os faz deixarem o lar e se entregarem à bebida (n. 1737) (...) (MARX, 1988, p. 570).

No inquérito, o inquisidor ainda pergunta ao operário se o seu desejo era proibir o trabalho das mulheres em todas as atividades que a degradassem. O mesmo responde afirmativamente argumentando que “os melhores sentimentos das crianças têm de provir da educação dada pela mulher”. Na visão do operário, o emprego de mulheres nas minas era uma afronta à sua própria natureza, pois o trabalho na mina era uma atividade para homem “e para homens fortes”. Na opinião do operário, as mulheres ficavam com a constituição física enfraquecida e a “saúde arruinada”; e enquanto os trabalhadores das minas procuravam melhorar as condições de trabalho com o apoio de suas mulheres, elas os “arruinavam”, conclui o mesmo (MARX, 1988, p. 571).

Em comparação com o trabalho nas fábricas, os operários argumentavam que nas minas o trabalho era mais pesado, era mais prejudicial à moralidade feminina e mais degradante tanto física como socialmente. Isso justificava a luta pela proibição do trabalho das mulheres nas minas, sendo que aos poucos os legisladores foram sendo sensibilizados e pressionados; surgiram, então, leis que proibiram o trabalho de mulheres no subsolo das minas e regulamentações sobre o trabalho de crianças e adolescentes.

Na França, Émile Zola materializou em forma de literatura sua visão e sua denúncia sobre a condição de vida e trabalho das famílias mineiras. Além das condições de trabalho, Zola descreve os tipos de moradia; evidencia a importante função dos armazéns e tabernas; fala sobre o tempo livre e as brincadeiras dos trabalhadores/as, o namoro, as infidelidades de ambos os sexos, etc. Em relação ao trabalho das mulheres, Zola narra com admiração a “destreza” delas nos trabalhos do subsolo e da

superfície. No subsolo, as mulheres enchiam e empurravam os vagonetes tal como os homens, carregavam madeiras, manuseavam pás e picaretas (Figura 1).

Zola também narra a prática do sexo e fala das “tentações” sexuais que as mulheres provocavam nos homens em virtude de trabalharem com vestimentas que mostravam as partes “proibidas” do corpo feminino. Diferentemente do discurso sociológico de Engels e Marx, Zola oferece uma narrativa mais sedutora: “havia um sopro de bestialidade por toda a mina, um desejo súbito de macho, quando um mineiro encontrava uma dessas moças de quatro, o traseiro ao ar, as ancas arrebetando as calças de homem” (ZOLA, 1981, p. 49).

Outro aspecto que pode ser identificado em *O Germinal*, de Zola, são as habilidades das mulheres diante de um tipo de trabalho que requeria grande esforço físico. Ele narra as habilidades das “meninas franzinas” que suplantavam extraordinariamente a suposta “fragilidade natural” de seus corpos. Quando Catherine e Etienne, por exemplo, voltam da frente de serviço, no subsolo da mina, encontram Lydie, uma menina franzina, com “braços e pernas de inseto”, empurrando um vagonete, “prostrada, cheia de lama, retesando seus braços e pernas de inseto, igual a uma formiga preta em luta com um fardo demasiado pesado” (ZOLA, 1981, p. 61).

Etienne é um novato recém-contratado para trabalhar na mina. No primeiro dia de trabalho ele faz amizade com Catherine e é ela quem o ensina a lidar com o trabalho pesado e a prevenir-se das armadilhas na escuridão. Em função de sua inexperiência,

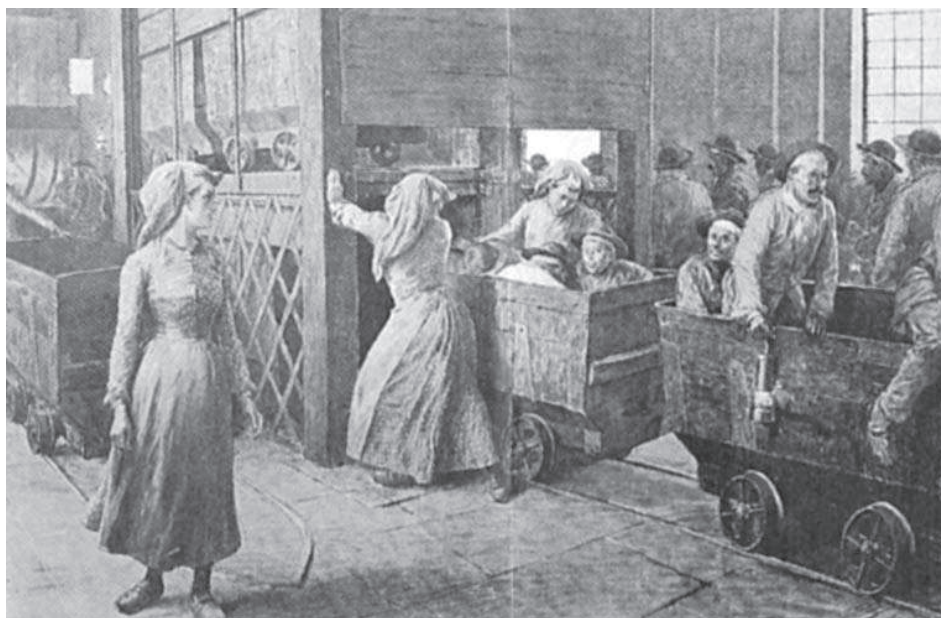


Figura 1 - Mulheres trabalhando nas minas francesas.

Etiene deixa descarrilar seu vagonete carregado. Ele “não conseguia fazê-la rodar direito naqueles trilhos que se afundavam na terra úmida; e praguejava, enfurecia-se, lutava raivosamente com as rodas, mas não conseguia pô-lo nos trilhos novamente”. A situação é contornada depois que Catherine se valeu de sua experiência para ensiná-lo a usar o seu corpo em manobras que requerem grande esforço físico: “ela habilmente escorregou para baixo do vagonete, ficando apenas com a parte superior do corpo para fora, e, usando os rins como alavanca, levantou e recolocou o carro no lugar. O peso do vagonete era de setecentos quilos. Ele, surpreso, envergonhado, balbuciou algumas desculpas” (ZOLA, 1981, p.48).

A narrativa de Zola revela que a experiência de Catherine suplanta não somente a suposta fragilidade feminina, mas que também há mulheres fisicamente mais fortes que certos homens. Até porque o ambiente e as condições de trabalho não modificam a estrutura física apenas dos homens, mas também das mulheres.

Para finalizar a ilustração dos personagens e de suas respectivas visões sobre os papéis de gênero no mundo do trabalho, vejamos agora a visão de Jules Michelet. No tocante ao conceito sobre a mulher, este polêmico intelectual do século XIX reuniu os adjetivos negativos de Pandora e Eva para caracterizar a natureza feminina. Sua visão expressa a idéia de que os principais males da sociedade são causados pela mulher: o adultério, a prostituição, o infanticídio, a discórdia, etc.

Michelet vislumbra uma nova República eticamente fundamentada no amor e no papel da mulher; acreditava que a sociedade provinha naturalmente da família e nesta a mulher tinha uma função essencial: educar a criança para formar o homem ideal. Entretanto, a sociedade do século XIX, ou seja, a sociedade do pós Revolução Francesa, ainda não havia solucionado um dos seus maiores males: a presença da mulher no mundo do trabalho. Para Michelet, a existência da mulher operária era uma demonstração da “barbárie de nosso ocidente”. As manufaturas eram ambientes de promiscuidades e os burgueses que empregavam moças e crianças em suas fábricas estavam se utilizando do “recurso funesto de um trabalho exterminador”. A degeneração da criança e da mulher representava a destruição da família e, conseqüentemente, comprometia as futuras gerações. A palavra “operária” significava algo sórdido e herético, algo “como nenhuma língua jamais teve, como nenhum tempo seria compreendido antes desta idade de ferro, e que sozinha derrubaria todos os nossos pretensos progressos”. A existência da operária era visto como um desvio nefasto da natureza feminina, daí que para Michelet a mulher já não era mais “levada em conta para o amor, para a felicidade do homem, menos ainda como maternidade e como potência da raça” (MICHELET, 1995, p. 14-15).

Antes de finalizar esta última parte do texto, creio que seja prudente voltar ao pensamento de Marx e Engels, até mesmo para não cometer o risco de fazer uma interpretação injusta, pelo menos não intencionalmente. De um modo geral, esses dois pensadores explicitaram visões e idéias radicais, ou seja, ideologias que eram

antagônicas à mentalidade dominante da época. Em relação às relações de gênero, por exemplo, ambos defendiam a igualdade entre os direitos do homem e da mulher; condenavam o sistema burguês porque além dos vários tipos de exploração e dominação, a mulher passa a ser uma propriedade privada do homem, um simples instrumento de produção.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels caracterizam a família burguesa como uma unidade econômica da sociedade burguesa, sendo que o “burguês vê sua mulher como um mero instrumento de produção” (MARX E ENGELS, 1998, p. 24-25). Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels apresenta a gênese da desigualdade sexual no seu estudo sobre o processo histórico de formação da família moderna. Em comparação com os modelos que existiram em outras épocas, Engels destaca as mudanças ocorridas com a institucionalização da “família patriarcal e ainda mais com a família individual monogâmica”. Do seu ponto de vista, “o governo do lar transformou-se em *serviço privado*” e “a mulher converteu-se na primeira criada, sem participação na produção social” (ENGELS, 1984, p. 113).

A indústria moderna criou a possibilidade para a mulher proletária participar da produção social. Entretanto, se optar pelo trabalho industrial fica impossibilitada de cumprir “seus deveres domésticos”; e se cumprir as obrigações domésticas fica impedida de se integrar na vida social e, conseqüentemente, de ter uma vida mais independente. Em síntese, Engels diz que “a família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais” (ENGELS, 1984, p.113).

Interessante observar que Engels estabelece uma comparação entre as relações de dominação de classe com as relações de gênero. Da mesma forma que o fim da opressão econômica sobre o proletariado só será possível com a plena igualdade de classe, “o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais”. Assim, a desigualdade de gênero “exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino na indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade” (ENGELS, 1984, p. 114). Ou seja, Engels adverte que o fim das desigualdades sexuais só ocorrerá com a supressão do sistema capitalista de produção, fato irremediavelmente previsto para um futuro próximo. Em se concretizando sua previsão, o que ficaria e o que desapareceria no âmbito das relações sexuais. Sua resposta é bem otimista:

Isso se verá quando uma nova geração tiver crescido; uma geração de homens que nunca se tenham encontrado em situação de comprar, à custa de dinheiro, nem com a ajuda de qualquer outra força social, a conquista de uma mulher; e uma geração de mulheres que

nunca se tenham visto em situação de se entregar a um homem em virtude de outras considerações que não as de um amor real, nem de se recusar aos seus amados com receio das conseqüências econômicas que isso lhe pudesse trazer. E, quando essas gerações aparecerem, não darão um vintém por tudo o que nós hoje pensamos que elas deveriam fazer. Estabelecerão as suas próprias normas de conduta e, em consonância com elas, criarão uma opinião pública para julgar a conduta de cada um. E ponto final (ENGELS, 1984, p. 123-124).

Aliás, não se trata apenas de uma resposta otimista. Engels faz uma declaração em defesa do direito de igualdade das mulheres em relação aos homens; manifesta sua visão sobre o amor genuíno; explicita um ideal de sociedade com base na igualdade entre os dois sexos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante do extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico consolidado no século XX, começamos o século XXI sob o império da intolerância, da fome e com diversas formas de desigualdades. A desigualdade de gênero, portanto, é apenas mais uma entre tantas. Como todo tipo de desigualdade é prejudicial ao conjunto majoritário da humanidade, é fundamentalmente ético e justo lutar contra ela. Assim, este ensaio historiográfico teve o propósito de explicitar, refletir e problematizar as ideologias que naturalizaram a desigualdade de gênero ao longo da história.

De um modo geral, pode-se dizer que até o presente momento toda sociedade humana, independentemente do seu grau de desenvolvimento da cultura material, definiu uma escala de valores e um conjunto de atribuições sociais para o homem e para a mulher. Infelizmente para a humanidade e, particularmente, para a mulher, essas atribuições foram definidas tomando como referência às diferenças biológicas para justificar a superioridade de um em detrimento do outro.

No campo ideológico, essas diferenciações foram interpretadas e propagadas por religiosos, filósofos e cientistas. No âmbito do cotidiano, elas são reproduzidas no espaço familiar, no ambiente de trabalho, nas escolas, nas piadas entre amigos, nos diversos espaços de lazer. Filmes, novelas, livros de contos de fada, romances, revistas, entre tantos outros meios visuais e impressos continuam reproduzindo a suposta inferioridade natural da mulher.

No mundo do trabalho, as diferenciações salariais entre os sexos ainda continuam sendo impostas e aceitas em função dessas crenças que se materializaram ao longo dos séculos. O trabalho feminino continua sendo qualificado como algo mais simples e mais leve do que o dos homens, situação que justifica o salário inferior e o não pagamento do trabalho, como o trabalho da dona-de-casa, por exemplo. Os cargos mais importantes dentro de uma empresa ainda são predominantemente masculinos, ainda que em alguns países essa situação tenha se equilibrado.

As tarefas domésticas e o cuidado dos filhos ainda continuam sendo responsabilidade quase que exclusivamente da mulher. No caso das camadas populares e na classe média, essa situação fica nitidamente evidente quando se observa a identidade de gênero que predomina nas instituições de atendimento à saúde infantil: consultórios médicos, hospitais, postos de saúde; nas escolas, principalmente no ensino infantil e fundamental, ainda se diferencia a educação de meninos e meninas de acordo com o tradicional sentido de masculino e feminino.

Em relação ao trabalho nas minas (de carvão e de outros minerais) dos países do mundo ocidental, pode-se afirmar que até o final do século XIX e até mesmo na primeira metade do XX, o emprego da força de trabalho feminina foi uma prática comum. Por se tratar de uma das atividades mais desgastante e fatigante, pode-se até dizer que a proibição do trabalho das mulheres no subsolo das minas foi uma conquista, mas esta não se deu apenas em função de sentimentos humanitários e sim por se acreditar na inferioridade e fragilidade naturais do corpo feminino. Como salienta Joan Scott (1991), o discurso dominante no século XIX definia o trabalho da mulher fora do espaço doméstico como uma violação da sua natureza e, neste sentido, o trabalho nas minas era visto como uma patologia social que comprometia o futuro da nação. Com base neste tipo de crença, elas foram “naturalmente” excluídas das minas, não foram lembradas pela memória oficial nem pela história dos historiadores. Por isso, é comum perceber uma reação de estranhamento das pessoas quando se fala que antigamente era comum o trabalho de mulheres em minas de carvão, de ferro, de ouro...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 1980.

Bíblia Cristã, Antigo Testamento, **Gênesis**.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. 2ª ed. RJ: Petrópolis: Vozes, v.1. 1986.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. por Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). O manifesto comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, Karl. **O capital**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., v.1-2, 1988.

MICHELET, J. **A mulher**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PLATÃO. **A República**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 2 ed. Trad. de S. Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro (DIFEL), 1973.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de R. Leal Ferreira, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCOTT, Joan. **A mulher trabalhadora**. Tradução de C. Gonçalves. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. História das mulheres: o século XIX. São Paulo: Edições Afrontamentos/ Ebradil, 1991, v.4.

ZOLA, Émile, 1840-1902. **O germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.